**Criação de lei federal divide a opinião de especialistas**

*Ex-presidente do IBGE diz que lei prejudica autonomia universitária*

*Apesar de não haver dados consolidados, cotistas da Uerj e UFPR têm notas semelhantes às dos demais alunos*

O fato de a maioria das universidades com ações afirmativas adotar a prática por iniciativa própria divide especialistas sobre a necessidade de uma lei federal.

Para Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE e pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no RJ, uma lei federal é desnecessária e desrespeita a autonomia universitária.

"É melhor ver isto acontecer por um movimento espontâneo do que por uma lei que obrigue todas a adotarem um critério que coloque uma camisa de força", diz.

Já Renato Ferreira, gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, defende uma lei por entender que, em algumas universidades, os critérios ainda são tímidos.

"Sem uma lei que regule o tema, demoraremos muito mais tempo para promover a igualdade que desejamos."

**BENEFICIADOS**

Como a maioria adotou cotas ou bônus há menos de quatro anos, não há dados consolidados sobre o desempenho dos beneficiados.

Na Uerj, uma avaliação mostrou que os alunos cotistas têm menor evasão e notas semelhantes aos demais na maioria dos cursos.

Na UFPR (Universidade Federal do Paraná), estudantes negros e oriundos de escolas públicas têm conseguido, na média, o mesmo rendimento nas avaliações que os outros universitários.

O sistema de cotas na UFPR, aprovado em 2003 por iniciativa da própria instituição, tem 8.000 beneficiados num total de 22 mil alunos.

Para o professor Paulo Vinícius Batista da Silva, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPR, ainda há desafios a serem superados. "Os cotistas são alvos de desconfiança."

**Universidades precisam ter autonomia e fazer o acompanhamento dos alunos**

*Cibele Yahn de Andrade*

A educação pode ser considerada, por um lado, como um dos principais mecanismos de mobilidade social.

A efetividade deste depende essencialmente de que o acesso e o desempenho escolar não reproduzam as desigualdades em relação à renda familiar e à condição de raça e cor, entre outras que marcam a heterogeneidade da população brasileira.

No entanto, o maior impacto da educação, sobretudo superior, é o produzido no desenvolvimento cultural, que pode se traduzir em desenvolvimento econômico.

Desenvolver o ensino superior é estratégia essencial ao interesse público mais elevado e não somente algo que se defina no âmbito do interesse privado, da ascensão social dos indivíduos.

As universidades podem ter motivações diferentes para selecionar seus alunos. Mas a ação efetiva da educação no indivíduo não termina no fim do curso superior.

Aí se iniciam os desafios do aprendizado constante. Este ponto é fundamental e pode ser mal compreendido. A aceitação do vestibular como mecanismo isento de seleção, valioso num país acostumado a privilégios, tende a fazer crer que o melhor aluno é aquele com a nota mais alta e isso confunde bom desempenho num exame com capacidade de desenvolvimento intelectual.

Este último pode ser encontrado num leque mais amplo de estudantes de origens diversas. O que boas universidades devem buscar é a composição equilibrada de - conhecimento de conteúdos fundamentais e capacidade de desenvolvimento intelectual. O desafio só pode ser enfrentado com autonomia das universidades e estudos de acompanhamento dos selecionados em processos regulares ou em ações afirmativas formulados para corresponder a seus objetivos e propósitos maiores.



**Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 30 ago. 2010, Cotidiano, p. C3.**